

Sarney cria comissão para negociar a dívida externa

Brasília — Ana Carolina Fernandes

Eliane Cantanhede

Brasília — O presidente José Sarney comunicou oficialmente ao Conselho de Segurança Nacional, que reúne os 28 ministros de estado, a criação de uma comissão de alto nível, com representantes de dentro e de fora do governo, para negociar especificamente a dívida externa. Na reunião, que durou duas horas e meia, Sarney foi enfático ao dizer que a suspensão do pagamento dos juros da dívida, por tempo indeterminado, não caracteriza confronto com os credores, mas uma necessidade para manter o desenvolvimento do país e evitar a perda da qualidade de vida dos cidadãos. "O Brasil não abre mão do seu desenvolvimento", garantiu.

O presidente já havia antecipado a decisão para cada um de seus ministros e disse que não haveria surpresa também para os próprios credores, que vêm sendo regularmente informados sobre a queda das reservas nacionais. O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, desfiou dados para comprovar que a situação interna não é dramática como se diz e deu o exato valor atual das reservas: 3 bilhões 964 milhões e 20 mil dólares, sem contar títulos sem liquidez, que elevam esse total para quase 7 bilhões de dólares.

Eram exatamente 18h. O presidente Sarney olhou o relógio e, solenemente, autorizou Funaro a liberar, naquele momento, o telex circular aos credores externos, comunicando a suspensão oficial do pagamento dos juros da dívida. A reunião, à qual compareceram 33 pessoas, inclusive os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, além de um representante da presidência do Senado, havia começado às 16h e só terminaria às 18h30min.

Sarney abriu a reunião insistindo em que a suspensão é "uma etapa das negociações" e que o Brasil tem condições de suportar eventuais pressões por um período "medianamente longo". Frisou, ainda, que o país não vai negociar à custa da soberania nacional. Em seguida, passou a palavra a Funaro, que citou números comprovando as afirmações de Sarney e repetiu o pedido de "solidariedade e compreensão para o momento que o país vive".

Segundo um ministro, o clima foi tenso e Funaro, além do tom grave, esteve todo o tempo com o cenho franzido. Mas um outro participante da reunião disse que, pelo contrário, havia descontração e otimismo, apesar de uma série de perguntas sobre as possíveis retaliações externas à medida brasileira.

O ministro da Cultura, Celso Furtado, por exemplo, perguntou sobre as eventuais represálias dos credores e fez uma longa defesa da necessidade política e social de não haver excessiva pressão sobre a população brasileira. Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, falou no mesmo sentido e lançou uma frase de efeito para defender a suspensão do pagamento:

— Este encontro estava marcado pelo destino.

Todos os ministros do PFL, exceto o discreto chefe do Gabinete Civil, Marco

Maciel, se manifestaram calorosamente a favor da medida e Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações — dois ex-udenistas — foram os mais enfáticos, entre os cinco do PMDB e quatro do PFL que falaram, na defesa do nacionalismo.

— Todos devem estar incondicionalmente ao lado do presidente num momento histórico como este — disse Aureliano.

As dúvidas dos ministros sobre as retaliações, Sarney respondeu que, além de o país ter condições de suportar a pressão durante bom tempo, "o governo só gastará o que arrecadar e nem um Cruzado a mais". Além disso, os investimentos das estatais serão rigorosamente fiscalizados e não passarão, em qualquer hipótese, do orçamento já estipulado.

Um momento de descontração ocorreu quando o ministro do Planejamento João Sayad, disse que viera a Brasília mesmo sem ter alta médica. "Mas fiquem tranquilos, minha meningite não passa", garantiu, sob risos gerais. Ele sugeriu ao presidente que criasse um órgão brasileiro, com sede em Washington ou Nova Iorque, especificamente para tratar da questão, mas Sarney respondeu que isto seria missão da nova comissão de alto nível.

Paulo Brossard, da Justiça, quis saber se a decisão brasileira era isolada ou em comum acordo com os parceiros e vizinhos da América Latina. Sarney garantiu:

— É uma decisão isolada. Cada país tem que tratar de seus próprios interesses.

Ao agradecer a presença dos presidentes de outros poderes, Sarney enfatizou:

— A decisão brasileira não é política, nem partidária, nem ideológica. Trata-se de uma posição de unidade nacional que atende os interesses do país e sua soberania.

Falaram, ainda, os ministros das Relações Exteriores, Abreu Sodré, da Educação, Jorge Bornhausen, e do Interior, Ronaldo Costa Couto. Segundo dois participantes da reunião, todos foram solidários com a suspensão do pagamento dos juros e, apesar de demonstrarem preocupação com as retaliações, fizeram irrestrita defesa da medida.

Sayad, em apoio a Sarney e Funaro, sobre as possíveis retaliações, acrescentou que nos Estados Unidos estão os principais bancos credores do Brasil, mas que a dívida com este país significa apenas 25% do total de pouco mais de 100 bilhões de dólares, e que o Japão e a Alemanha são países sensíveis à situação brasileira — portanto, passíveis de novos financiamentos.

A reunião teve que ser interrompida às 18h30min, para que Sarney gravasse o pronunciamento à Nação, que foi ao ar pouco depois das 20h. Às 19h45min, o presidente reuniu rapidamente o conselho político do governo, do qual fazem parte os líderes do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, do PMDB, Luiz Henrique, e do PFL, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, não compareceu. Sua filha fazia aniversário e ele voara à tarde para São Paulo.



Ao Conselho de Segurança, Sarney disse que prazo de suspensão é indeterminado